

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
2011 06 15
Aprovado e lido em sessão pública
P.S. (Havendo) / CDU (Desobediência)
por não ter estado presente

--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 29 DE ABRIL DE 2011.---

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

— A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos, o Sr. Vice-Presidente Luis Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge de Oliveira e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre.-----

— Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Maria Irene Lameiro dos Santos.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES-----

— O Sr. Presidente saudou os Srs. Deputados Municipais, os Membros do público presente, os Srs. Jornalistas e os funcionários da Câmara Municipal e não havendo informações a prestar, deu início à intervenção do público, nos termos regimentais.-----

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO-----

— Não houve intervenção do público.-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1. Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010-----

Proposta Nº 47 / P / 2011-----

— O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

"Considerando o previsto na alínea e) do n.º 2 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

---Propõe-se:-----

---A aprovação e posterior envio à Assembleia Municipal do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras (Documentos de Prestação de Contas) relativa ao exercício do ano de 2010, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 53.º da legislação acima referida".-----

— O Sr. Presidente referiu que, relativamente a estrutura, organizativa em 31 de Dezembro de 2010, o Município de Azambuja tinha 358 funcionários do quadro a qualquer título - mais 3 funcionários do que o ano passado - número decorrente da transferência do Ministério da Educação. Destes funcionários 224 são mulheres e 134 são homens. A carreira de Assistente Operacional representa mais de 50% do Pessoal da Câmara, seguida de Assistente Técnica que representa 27%. Destes 358 funcionários 59 tem Licenciatura e 4 Mestrado. Em relação ao Absentismo houve um decréscimo de 16% face a 2009. Em 2010, 55 funcionários frequentaram acções de formação profissional.-----

— Quanto aos meios Financeiros a Receita foi de 16 milhões e meio de euros aproximadamente, 73% corresponde a Receitas correntes e 4,4 milhões a receitas de capital.-----

— Verificaram-se dois tipos de quebra nas receitas: Quebra no valor que estava orçamentado, e quebra tendo como referencia os valores relativos ao ano de 2009.-----

— Relativamente ao valor que estava orçamentado o grau de execução das receitas foi de 61,1%. Houve uma quebra de 38,9% que se deve principalmente às receitas orçamentadas e que não foram concretizadas tais como: Receitas das AdO (cujo acordo ainda não foi cumprido); entrega por parte do Estado dos valores correspondente as isenções da Opel no valor de 1 milhão de euros; Não entraram receitas dos Fundos Comunitários devido ao atraso a nível do QREN e INALENTEJO.-----

— Relativamente aos valores de 2009 a quebra de receitas foi de 22,9%. A maior quebra de receita relativamente ao ano anterior verificou-se nos Impostos indirectos (960 mil euros), e na venda de bens e serviços (3,5 milhões de euros) -----

— No que diz respeito a despesas globais o valor é de 18,8 milhões de euros. Destas despesas 42,5% são despesas de funcionamento, 7% são despesas de operações financeiras e 50,5% diz respeito à execução do Plano de Actividades. Resulta da comparação entre receita e despesa que o saldo orçamental foi negativo em menos de 2,28 milhões de euros. Tendo em conta o saldo transitado de 2009, (3,1 milhões de euros) há um saldo transitado para 2011 de 704 mil euros. -----

— Quanto à capacidade de endividamento em 31 de Dezembro de 2010 era 3,1 milhões de euros a médio e a longo prazo, e a capacidade de endividamento líquido era de 4,4 milhões de euros. -----

— Relativamente a quebra de receitas os principais impostos directos da Câmara são o IMI que teve um aumento de 12,8%, o IMT que teve uma quebra de 42,7% e a Derrama que também teve uma quebra de 46,6%. Nos impostos indirectos a quebra foi de 78,3%. (passou de 1,6 milhões de euros em 2009 para 442 mil euros em 2010), sendo que as taxas de loteamento e obras caíram mais de 80%. -----

— As Receitas de Capital tiveram uma quebra de 12% relativamente a 2009. -----

— A Despesa Corrente foi de 12,5 milhões de euros, registando uma diminuição de 21%. -----

— A Despesa de Pessoal representou 53,2% e houve uma diminuição de 1% em relação a 2009. A Aquisição de Bens e Serviços, que representam 33%, tiveram uma diminuição de menos 44%, e os Juros e Encargos Financeiros também tiveram uma diminuição de 12,8%. As Transferências Correntes que se fizeram para a sociedade civil, (IPSS, Colectividades, etc.), aumentaram 13,5% em relação a 2009. -----

— As despesas de Capital aumentaram 2%, passando de 6,15 milhões em 2009 para 6,28 milhões em 2010. -----

— Sr. Presidente deu de seguida a palavra aos Srs. Vereadores. -----

— Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que começou por agradecer ao funcionário Sr. António Domingos todo o empenho e profissionalismo prestado à Câmara Municipal, dado que o apoio dado à reunião de Câmara seria o seu último serviço antes de passar à reforma. -----

— Quanto à OPEL pede mais uma vez cópia da acção judicial enviada ao Estado para reclamar o não pagamento de 1 milhão de euros, e também cópia da acção judicial contra a AdO, cópias que já foram pedidas várias vezes. -----

— Tendo em conta o PEC ^(11/11/11) aprovado em Julho o Sr. Vereador pediu esclarecimento sobre as páginas onde se encontra a cativação de 20% dos saldos existentes quanto a despesas de funcionamento, e também solicitou esclarecimento sobre as seguintes rubricas do PEC: -----

— 0102 – Presidente: Acções do Plano – 010403 – 070301 – 070304 – 070307 – 1003 -----

— 0102 – Vice-presidente: Acções do Plano – 090101 - 090105 -----

— 02- DAF: Acções do Plano – 010101 - 010201 -----

— 03 – DISC: Acções do Plano – 060101 – 060105 – 060106 – 060201 – 060202 – 060203 – 060204 – 080105 – 080201 – 060401 – 060402 – 060404 – 060405 – 070101 – 07010200 – 07010203 – 07010204 – 070103 – 070104 – 070105 – 070107 – 070110 – 070112 – 070115 – 070204 – 070205 – 070206 – 020208. -----

— Perguntou onde se encontra reflectido a cativação de 400 mil euros nas despesas de investimento na orgânica 05, a cativação de 20% das restantes orgânicas no orçamento corrigido, onde está reflectido, a redução de 20% dos subsídios às colectividades e mais 20% às

IPSS, em suma, onde estão reflectidos, página a página, as cativações e acréscimos de receitas num total de 1.229,966 euros de acordo com o PEC Municipal. -----

— Sr. Presidente respondeu que se interpôs uma acção judicial contra o Estado Português no sentido que facultaram os valores relativos às isenções concedidas á OPEL, e que facultará cópia ao Sr. Vereador Jorge Lopes. No que diz respeito às Águas do Oeste o Sr. Presidente esclareceu que ia interpor uma acção judicial mas ainda não o fez porque ainda estão a negociar e por isso não fazia sentido. -----

—Relativamente ao PEC, foi feito cabimento para cada uma das acções do plano, cabimentos que só são visíveis nas contas correntes. Numa próxima sessão de Câmara irá dar-se ao Sr. Vereador cópia da conta corrente com os cabimentos PEC. -----

— O Sr. Vereador Jorge Lopes perguntou se, em função do PEC, houve um acréscimo/cativação num total de 1.229,766 nos termos que foi aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal e se tal está reflectido no Relatório de Gestão, ou seja, qual foi de facto o valor que se conseguiu poupar ao abrigo do PEC. -----

— O Sr. Presidente respondeu que Conta de Gerência e o PEC são duas coisas completamente diferentes, e por isso vai pedir ao DAF que faça a avaliação dos valores exactos que se traduziram no PEC. -----

— Inteveio o Sr. Vereador António Nobre que começou por saudar os presentes. Continuando, observou que, tal como o Sr. Vereador Jorge Lopes não encontrou no Relatório de Contas as medidas de contenção – PEC. -----

— Alertou para o facto de no Relatório de Gestão a informação da pag. 21, sobre a EMIA não estar actualizada. -----

— Salientou que as receitas foram desastrosas porque nos anos anteriores não houve clarividência sobre a previsibilidade do que ia acontecer, e não foram tomadas nenhuma medidas. Também porque o orçamento tinha previsão nas receitas que já se antevia que não se iriam concretizar, uma vez que, Já havia crise na construção civil o que originou um decréscimo nas taxas urbanísticas nessa área, a Derrama também teve um decréscimo e pediu uma explicação para isso, O IMI continua a ser uma grande fonte de receita para o Município. Também referiu que as receitas de bens e serviços tiveram impacto nas receitas do Município devido ao fim das receitas de água. -----

— Quanto às Águas do Oeste o Sr. Vereador diz que foi informado que ainda não se chegou a nenhum acordo, e pergunta ao Sr. Vereador Silvino o ponto de situação do relacionamento entre o Município e as Águas do Oeste. -----

— Em resposta ao Sr. Vereador António Nobre informou que a Derrama caiu porque caiu o IRC que é uma percentagem da Derrama gerada no Concelho. -----

— As receitas são previstas em função da média dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento tal como é estabelecido por lei. A receita das águas já não entrou na previsão da receita do ano passado; não houve receita mas também não houve custos inerentes a essa situação. -----

— O Sr. Vereador Nobre acrescentou que a concessão das águas foi uma má opção pois, de ano para ano, a receita com a Venda de Bens e Serviços tem diminuído (2008 – 3.603,280€; 2009 – 2.691,441€ e 2010 – 986,476€). Foi também um mau negócio o realizado com o Ministério da Educação que aumentou as despesas do Município. -----

— O Sr. Presidente respondeu que, relativamente á opção política em questões de água, houve redução de receitas mas também redução de custos, e passou em seguida a palavra ao Sr. Vereador Silvino. -----

— Sr. Vereador Silvino declarou que, relativamente às AdO, até foi bom não se ter chegado ainda a acordo, porque já houve aceitação, por parte da Administração, da valorização das infra-estruturas quer a nível de saneamento quer a nível do abastecimento de água no valor de 1 milhão de euros. Não se aceita que a AdO, depois de assinar o contrato, tenham feito obras de melhoria, em determinados equipamentos e responsabilizem o Município com o pagamento. Há um acordo de princípio e a AdO tem que assumir as obras que fizerem depois do contrato assinado.-----

— O Sr. Vereador esclareceu, também, que a receita da água é o valor da diferença que ficava entre o que se pagava à EPAL e que se vendia aos munícipes.-----

— O Sr. Vereador Lopes interveio e chamou a atenção para o facto de pela primeira ser referido, que uma parte do diferendo entre a CMA e a AdO se prende em obras realizadas em equipamentos que já tinham sido transferidos para a AdO. Pediu também que lhe seja entregue, numa próxima sessão de Câmara, informação quanto à infra-estruturas que tiveram obras depois da concessão e qual o montante. Referiu também que a diminuição da receita a nível da água está bem legível no relatório.-----

— O Sr. Presidente confirma a diminuição da receita e assinalou uma vez mais, a diminuição dos custos.-----

Outra situação pela qual não se chega a acordo com a AdO, consiste no facto da factura da água fornecida em alta é por m² e tem inerente os custos incluindo os administrativos, e quando nós transmitimos os valores à AdO, também incluímos os custos administrativos que o Município teve em todo esse processo, a AdO não aceitou, e nós não aceitamos que eles não aceitem. ---

— O Sr. Vereador Silvino esclarece que a verba em causa da AdO tem a ver com duas obras: a Etar das Virtudes, (na perspectiva deles o ponto de entrega que estava quando aceitaram as Etas não era o melhor e decidiram prolongar a conduta e o ponto de entrega 200m mais abaixo) e a Etar da Azambuja (adquiriram um Atomizador). O valor destas duas obras é de 128 mil euros e querem incurrir à Câmara, e não aceitamos.-----

— Interveio o Sr. Vereador Nobre que pediu o esclarecimento sobre o endividamento de dívidas a terceiros de curto prazo no total de 6.679.911,04 euros. Empréstimos a médio/longo prazo no valor de 1.034.857 euros (pag.77), e fornecedores de Imobilizado 745.606,01.-----

—Interveio a Directora do departamento Administrativo e Financeiro, Dra. Irene Lameiro, esclarecendo que, relativamente a **dívidas a terceiros** o primeiro item diz respeito às amortizações de empréstimos a longo prazo feitos no ano; fornecedores **de imobilizado** são dívidas a fornecedores de bens de investimento; **Estado e outros entes públicos** são operações de tesouraria, ou seja são verbas que têm que ser transferidos para o Estado, ex. descontos nos vencimentos para a Segurança Social; **outros credores** são o valor transferido para a EMI; credores de **operações de tesouraria** são cauções que a Câmara tem em seu poder e que são verbas a devolver.-----

—O Sr. Vereador Nobre pede esclarecimento que tem a ver com as medidas preventivas para efeitos de corrupção, a relação de funcionários em situação de acumulação de funções, todos eles devidamente autorizados por despacho (pag.df 146) que são competência do Sr. Presidente. Por exemplo Consultor técnico de empresa de construção civil, Arquitecto, Eng. Civil, Técnico responsável de alvará. São todas áreas de uma actividade importante do Município, o Urbanismo. Chama a atenção para a necessidade de reavaliar situações de pessoas que tem acumulação de funções públicas com funções privadas na mesma área.-----

— O Sr. Presidente responde que, ao dar-se este tipo de autorização, as pessoas têm que estar cientes do condicionalismo que há na acumulação de cargos.-----

— O Sr. Vereador Lopes questionou quanto a contratação administrativa, "Discreta Melodia Unipessoal Lda." por inserção de publicidade em jornal 2010, que recebeu 14 mil 157 euros, deseja saber qual é o jornal que recebeu esta quantia e onde se enquadra esta quantia nas medidas de contenção, as que o Sr. Presidente responde não saber a que se refere esse valor e que terá que perguntar a Dra. Lucilla.

— Uma vez posta a votação a Proposta n.º 47 / P / 2011 obteve os seguintes resultados: Relatório de Gestão do exercício de 2010 - aprovado por maioria, com cinco votos a favor (Grupo do PS) e dois votos contra (Grupo CDU e CPFNT). As Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 - foram aprovadas por maioria, com cinco votos a favor (Grupo PS) e dois votos contra (Grupo CDU e CPFNT).

— O Sr. Vereador Jorge Lopes informa que apresentará declaração de voto das duas votações nos termos regimentais após a realização da Assembleia Municipal.

—DECLARAÇÃO DE VOTO, do Sr. Jorge Lopes da CPFNT

—Em Setembro de 2009, durante a última campanha eleitoral autárquica, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA publicou no seu Jornal de Campanha o seguinte alerta:

—“Tendo por base os Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras da Câmara Municipal (2008), pode concluir-se que a actual gestão socialista está a comprometer o futuro e a própria sustentabilidade financeira do município.

—O endividamento municipal cresceu significativamente durante este mandato autárquico. Em 2006, a Câmara devia à banca 8.416M€ e no final de 2008 a dívida às entidades bancárias cifrava-se em cerca de 11 milhões de euros. Se somarmos estes empréstimos bancários às dívidas a terceiros (fornecedores e outros), os resultados são ainda mais preocupantes: em 2006 a Câmara devia cerca de 12 milhões de euros, em 2007 devia 19.495M€ e no final de 2008 a dívida já ascendia a 20.419 milhões de euros. Saliente-se que o orçamento municipal para o corrente ano de 2009 já só previa receitas na ordem dos 25 milhões de euros. Agora, basta fazer as contas ...

—Outro dado relevante da actual (con) gestão financeira do ainda presidente da Câmara, Joaquim Ramos, é o facto das receitas correntes não conseguirem acompanhar a velocidade de crescimento da dívida. Partindo do ano de 2006, constata-se que a dívida cresceu 64% em 2007 e 72% em 2008. Mas, nestes últimos dois anos, as receitas correntes apenas cresceram 6% e 13%, respectivamente.

—No dia 20 de Julho de 2010, na Assembleia Municipal de Azambuja, a propósito do Plano de Austeridade municipal, conhecido como o PEC Joaquim Ramos, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA afirmou, nomeadamente, o seguinte:

—“O que o Presidente da Câmara e os seus vereadores não dizem, mas deveriam ter a coragem de dizer, é que o Plano de Austeridade tem como objectivo corrigir as opções erradas que a maioria socialista tomou desde 2002 e que têm contribuído, paulatinamente, para a degradação da situação financeira do Município de Azambuja.

—A Câmara de Azambuja precisa de mais receitas para não agravar ainda mais os seus problemas de tesouraria corrente.

—Quer se queira, quer não se queira, a opção de concessionar o sistema "em baixa" às Águas de Azambuja privou a Câmara de receitas certas, praticamente semanais, que também eram utilizadas para pagamento de vários compromissos financeiros correntes.

—Quer se queira, quer não se queira, a máquina administrativa da Câmara não parou de crescer, sendo que os respectivos encargos financeiros vão continuar a aumentar todos os anos. Não é por acaso que no dia 21 de Junho deste ano, na véspera da aprovação do Plano de

Austeridade, o Presidente da Câmara decidiu uma modificação ao Orçamento municipal por via da qual os encargos com pessoal foram reforçados em cerca de 200 mil euros. -----

—Não é por acaso que o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2009 referia que o Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Totais tinha crescido de 21,8% em 2002 para 30,6% em 2009. -----

—Quer se queira, quer não se queira, no último mandato autárquico, a dívida municipal disparou. Em 2006, a Câmara devia à banca e a terceiros cerca de 12 milhões de euros. No final de 2008, a dívida praticamente tinha duplicado e atingia os 20,5 milhões de euros. -----

—No dia 23 de Novembro de 2010, nesta Câmara Municipal, a propósito da proposta de reconstrução da Praça de Touros de Azambuja, disse, nomeadamente, o seguinte: -----

—“No corrente ano, continuamos a ficar aquém das receitas orçamentadas, prevendo-se uma quebra superior a 20%. E em 2011, prevê-se em termos de Orçamento uma nova queda das receitas entre os 3,8M€ e os 4,5M€” -----

—A Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA recorda hoje todos estes alertas para afirmar, de forma clara e sem tibiezas, o seguinte: -----

—Os dados da execução orçamental de 2010 não nos surpreendem, -----

—Eram claramente previsíveis e expectáveis, porque não resultam de surpresas -----

—Resultam, isso sim, das opções erradas que a maioria socialista tomou desde 2002! -----

—É, portanto, sem surpresas que a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA constata que em 2010 -----

—A Receita Total da Câmara diminuiu cerca de 23% e totalizou cerca de 4,9M€ (tal como tínhamos antecipado em Dezembro de 2010)

—A Despesa Total ficou acima das receitas, tendo reduzido apenas 14,5% -----

—Em consequência, em 2010 o saldo orçamental negativo foi superior a 2M€, sendo o pior saldo orçamental dos últimos 10 anos (o que, aliás, era claramente evidenciado desde 2008) -

—Não existiram, de facto, qualquer poupança corrente, porque foi negativa em cerca de 500 mil euros -----

—Por outro lado, confirmou-se que 54,5% dos actuais trabalhadores municipais foram contratados durante o consulado do Dr. Joaquim Ramos -----

—O Peso das Despesas com Pessoal nas Despesas Totais é o maior dos últimos 10 anos (em 2001, representava 22,2%; em 2010, representou 35,4% do total da Despesa) -----

—A capacidade de endividamento líquido da Câmara de Azambuja é hoje mais baixa que em 2008 e 2009 (baixou de cerca de 7,2M€ para 4,3M€) -----

—A afectação de recursos financeiros para pagamento de juros e restante encargos dos empréstimos contratados foi inferior que em 2009 (- 12,8%) -----

—As Dívidas a Terceiros a Curto Prazo aumentaram cerca de 1 milhão de euros (+ 16%) face a 2009, sendo que a capacidade da Câmara para pagar tais dívidas desceu de 81,5% para apenas 32,4% -----

—As disponibilidades financeiras em instituições bancárias diminuíram cerca de 2,4M€ -----

—Por último, a Câmara de Azambuja está hoje mais dependente das Transferências Correntes, nomeadamente da Administração Central, porque a receita própria do Município atingiu o valor mais baixo dos últimos 10 anos – e esta situação irá manter-se em 2011 e nos anos seguintes, o que irá trazer graves problemas na sustentabilidade económico-financeira do Município nos próximos anos, pois o "Pacote de Ajuda Externa" que está a ser

negociado vai implicar a redução das transferências da Administração Central para os Municípios.

—O que aconteceu em 2010 era expectável e não causou quaisquer surpresas à Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, pois em devido tempo alertámos para a degradação da saúde económico-financeira da Câmara de Azambuja.

—A maioria socialista cometeu graves erros de gestão. A "factura" apareceu em 2010 e vai agravar-se nos próximos anos.

—O nosso Voto Contra ao "Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do Exercício de 2010" é, assim, um Voto Contra à gestão errada e irresponsável que tem sido protagonizada desde 2001 pelo Partido Socialista.

—Mas, é também o Voto Responsável de quem antecipou o que aconteceu e de quem está preparado para corrigir os erros de gestão do PS e implementar um novo modelo de gestão na Câmara de Azambuja a partir das próximas Eleições Autárquicas de 2013.

— Foi realizado um intervalo de cerca de quinze minutos tendo os trabalhos recomeçado sem a presença do Sr. Vereador Marco Leal.

- Ponto 2. Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício - Proposta Nº 48/ P / 2011

— O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

— O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

— "Considerando o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que determina a forma de aplicação dos resultados do exercício.

— Propõe-se:

—1 - a transferência do resultado líquido do exercício no valor de -3.141.136,67€ para a conta 59-Resultados Transitados;

—2- a redução do Património, no montante de 3.558.981,98 €, para cobertura dos resultados transitados negativos.

—Uma vez posta a votação a Proposta n.º 48/ P / 2011 foi aprovada por maioria, com 5 votos a favor (PS e CPFNT) e 1 abstenção (CDU).

-Ponto 3. Revisão Orçamental - Proposta Nº 49/P/2011

— O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

— "Considerando:

— a viabilidade legalmente prevista de aplicação dos saldos relativos à Gerência através de uma Modificação ao Orçamento, revestindo esta a forma de Revisão Orçamental;

— o valor do saldo da Gerência de 2010 - € 704.273,40 .

—Proponho:

—1. A aprovação de uma Modificação ao Orçamento, materializada na 2ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Actividades Municipais e aos Orçamentos da Receita e da Despesa, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas

—2. Que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do art. 64.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2, do art. 53.º do citado Diploma.

--- O Sr. Vereador Nobre pede esclarecimento sobre o reforço das seguintes rubricas orçamentais: Feira de Maio – reforço de 100 mil euros; EMIA – reforço de 120 mil euros; Encargos com Instalações – reforço de 104.273 mil euros; Juntas de Freguesia – reforço de 150 mil euros; Outros trabalhos especializados – reforço de 90 mil euros; Instituições sem fins lucrativos – reforço de 40 mil euros e Estado – reforço de 48 mil euros.-----

--- O Sr. Presidente esclarece que 40 mil euros são para Colectividades e Instituições, e que 120 mil euros são transferências compensatórias para a EMIA. -----

--- O Sr. Vereador Lopes questionou se o reforço de 40 mil euros para apoio das Colectividades e Instituições, contempla as IPSS.-----

--- O Sr. Presidente responde que relativamente a esse assunto foi criado uma acção específica do plano.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 49/P / 2011 foi aprovada por maioria, com 4 votos a favor (PS) e 2 abstenções (CPFNT e CDU) -----

--- De acordo com o estipulado no regimento das sessões de Câmara, foi permitida a intervenção do público no final da ordem de trabalho.-----

--- Interveio o Sr. Jorge Gonçalves, morador na rua José Clemente, por cima do Intermarché que manifestou a sua preocupação por ter informação nos termos do processo 880-A/2003 o bloco de prédios iria ser demolido no período de 6 meses.-----

--- O Sr. Presidente esclarece que houve uma Inspeção do IGAL ao Município de Azambuja, onde os Inspectores levantaram a questão da ilegalidade daquele alvará de loteamento por causa do número de pisos. Considerou-se por causa do terreno ser inclinado, o 1º piso seria uma cave e não contaria para o número de pisos, o mesmo aconteceu em Aveiras de Cima. Este processo foi para Tribunal, andou a ser julgado durante anos e acabou no Supremo Tribunal Administrativo. No caso de Aveiras de Cima o Supremo Tribunal mandou arquivar, no caso de Azambuja mandou demolir. -----

--- Este processo encontra-se com o advogado da Câmara, e é uma situação que só pode ser resolvida com a Revisão do Plano do Directo Municipal que está decorrer. E só com essa revisão que se pode estabelecer a zona urbana de Azambuja.-----

--- O Sr. Presidente pede os contactos ao municipe e informa que vai ligar de imediato para o nosso advogado.-----

--- **Encerramento**-----

--- Eram dezassete horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.-

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----